

A “herança trabalhista” no Rio Grande do Sul: parentesco, carisma e partidos

IGOR GRILL*

Resumo: A pesquisa examina a dinâmica de constituição de um patrimônio político e as modalidades de sua transmissão e apropriação. As dimensões de estudo privilegiadas referem-se às alianças e às redes subjacentes à fixação de uma genealogia simbólica, o “trabalhismo gaúcho”, bem como às estratégias empregadas pelos agentes de valorização e de “resgate” da tradição política, de reprodução do capital político, de celebração de seus “fundadores”, de gestão da memória e de uso do “legado”.

Palavras-chave: heranças políticas, memória, elites, recrutamento, transmissão.

A morte de Leonel Brizola ativou a discussão no meio político e jornalístico sobre a “herança” do “legado trabalhista”, possibilitando também a discussão sobre a construção, os condicionantes sociais de afirmação dos intérpretes e sucessores, os usos e as reinvenções de uma “tradição política” como um objeto de estudo para a ciência política.¹ Assim, o foco deste artigo recai sobre a invenção, a valorização e a utilização política no Rio Grande do Sul do que se convencionou chamar de “tradição trabalhista”.

As razões pelas quais os agentes procuram sistematicamente recriá-la estão ligadas a uma série de particularidades. Entre elas, o êxito de

seus porta-vozes em associar os ícones dessa “tradição” (Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e João Goulart) à história política gaúcha, logo em concretizar uma “genealogia” que se consolidou como “idéias” e “marcos objetivos” (datas, gerações, monumentos, eventos, memória etc.) e dela retirar lucros simbólicos.

Afora isto, é uma vertente cujo patrimônio é disputado por vários políticos de diversos partidos, o que gera uma dispersão de agentes e de narrativas em conflito nos diversos níveis de disputa política. Nesses diferentes partidos, articulam-se redes de lealdades que permeiam distintas posições nas hierarquias partidárias e gerações de homens políticos e abrangem o conjunto do território sul-rio-grandense. No

* Doutor em Ciência Política/UFRGS e professor da Unise e Uniritter.

1. Esse aporte é sustentado também por Haegel (1990) para a compreensão do funcionamento interno dos partidos políticos, ressaltando a relevância de aplicar as noções de memória, herança e filiação em estudos desse tipo. Defendendo um “retorno reflexivo” da ciência política sobre as “tradições políticas”, como a história, a autora identificou a polissemia de referências existentes nos relatos genealógicos no interior de agremiações partidárias. Nas suas palavras: “Assim como os historiadores procuram analisar os suportes institucionais do trabalho de memória social [...], os pesquisadores da Ciência Política deveriam se

engajar nos processos de construção e reivindicações de filiações. Eles não deveriam considerar mais as tradições como produtos dotados de uma consistência estável e percebível [...], mas antes como resultado de uma perpétua produção da qual participam os agentes políticos eles mesmos” (Haegel, 1990, p. 864). Sintetizando suas proposições, tem-se a idéia de herança como um passado substancializado (referência objetiva), a memória como um passado integrado (referência subjetiva) e a filiação como a utilização de signos que transmitem a continuidade com o passado (referência formalizada), complementando-se na utilização de um “legado”.

interior dessas redes, convivem "famílias de políticos" com "origem trabalhista" cujos membros herdaram fidelidades e rivalidades e construíram alianças verticais e horizontais ao longo de seus itinerários. Portanto, a luta por inscrever-se nessa "história" reforça a crença e a eficácia de uma genealogia simbólica (Abélès, 1992).

A disputa pela "herança trabalhista" no Rio Grande do Sul permite apresentar uma série de processos interligados. Possibilita expor o imbricamento entre a referência à linguagem familiar e as relações entre agentes políticos, as redes de grupos familiares interconectadas por alianças verticais e horizontais no espaço político regional e a transmissão do patrimônio político familiar.

Esses níveis de análise foram empregados por Marc Abélès (1992) para estudar como a referência familiar desempenha um papel importante nos processos de legitimação política. Abélès apreendeu as diferentes expressões dessa mescla de registros, que aciona o universo público e o universo privado, em diferentes níveis de disputa política observadas na França. Assim, no plano local, evidencia-se a importância da "transmissão em linha direta de um verdadeiro patrimônio político [isto é] a memória das posições políticas que ocuparam os diferentes ascendentes, mas igualmente um elemento ideológico distintivo que é possível transmitir pelo parentesco" (Abélès, 1992, p. 82). No plano regional, o espaço político comporta e é estruturado por redes de parentescos interconectadas, no qual "pode-se qualificar de elegível aquele que é assim filiado a uma rede política de parentes e aliados", ou seja, tem "uma qualidade principalmente relacional" pela qual "a atração pelo viés da filiação e da aliança às redes políticas locais é um fator não negligenciável" (Abélès, 1992, p.87). Finalmente, no plano nacional, as metáforas com a família e com o parentesco permeiam as disputas políticas no cume da hierarquia política e a "referência simbólica a um ascendente torna-se [igualmente] um fator não negligenciável de ascensão política" (Abélès, 1992, p.92).

Essas três modalidades de afirmação da lógica familiar no espaço político são os eixos de apresentação do espaço político neste artigo.

Contudo, na dinâmica em pauta, é possível atentar, por meio da genealogia simbólica construída tendo como referência a crença no "trabalhismo" e a fixação de sentido que lhes atribui um caráter de "tradição política", para o amálgama entre as modalidades de construção de "heranças" (transmissão familiar de patrimônios políticos, inscrição em redes de famílias e usos de metáforas). Ademais, são indissociáveis nos variados níveis (municipal, regional ou estadual) de disputa na política gaúcha.

Esse enfoque permite, por seu turno, que os partidos políticos e as facções que utilizam essa "memória política" sejam caracterizados sob um novo prisma, centrado na intersecção entre os trajetos individuais e coletivos e os usos da "tradição política" como recurso de mobilização eleitoral. A propósito do uso feito pelos protagonistas políticos de referências que visam estabelecer um atestado de durabilidade e de continuidade, e assim reivindicar a encarnação de um conteúdo ideológico, Offerlé (1997) questiona a pertinência do tratamento das categorias utilizadas pelos agentes como conceitos sociológicos. A luta por fixar "genealogias partidárias" e "linhagens políticas" é, segundo ele, parte integrante do trabalho de classificação dos próprios homens políticos e dos analistas da política. Para ele, contudo, isto não exclui a relevância do estudo da dimensão metafórica que ativa a linguagem familiar (filiação, parentesco, tradição, linhagem, descendência etc.) e "das lutas que se realizaram em diversos campos para o reconhecimento social de sua existência e [...] as características desta existência" (Offerlé, 1997, p.17).

Para tanto, é possível caracterizar os partidos e redes como empreendimentos e conjunto de empreendedores em disputa, uma vez que, de acordo com Offerlé (1997), a noção de empreendimento e de empreendedores na política "trata de um tipo particular de relação na qual os agentes investem capitais para recolher lucros políticos produzindo bens políticos" (Offerlé, 1997, p.22). Da mesma forma, eles podem ser apresentados como campos de forças, o que implica interações e cooperações concorrenciais, ou como espaço de concorrência nos quais os agentes dotados de recursos e disposições socialmente estruturadas disputam a definição

legítima acerca do partido ou da “família política” e o direito de falar em seu nome.

No que se refere à delegação do capital político por meio de um partido, esta fundamenta-se na transmissão e nas estratégias de apropriação de recursos coletivos, tais como a sigla, a legenda, as realizações e os feitos ao longo do tempo. No duplo processo que envolve a seleção interna seguida da designação do sucessor a partir da instituição ou do líder partidário,² e os investimentos individuais resultantes da incorporação do patrimônio coletivo,³ está em jogo o uso da “visibilidade”, da “antiguidade”, da “notoriedade” e da “identidade” fornecida pela empresa política (Offerlé, 1997, p.45).

Outro aspecto aprofundado neste momento refere-se à transmissão do carisma. O exame do trabalhismo no Rio Grande do Sul desvela simultaneamente as lógicas, as tensões e as ambivalências das estratégias de apropriação do carisma do ascendente por parte dos candidatos a “herdeiros”. A ambigüidade entre o caráter extraordinário e efêmero do líder e o uso da sua “imagem” em nome de uma “tradição política” emerge em vários momentos históricos. Ademais, convivem e disputam agentes que se sustentam na combinação e triagem de diferentes princípios de legitimação dessa sucessão.

2. Os trabalhos de Garraud (1989;1992) sublinham modalidades de “heranças” que constituiriam fenômenos de democracias temperadas, nas quais assume maior ênfase uma modalidade de “sucessão não familiar” pela qual “É necessário considerar que uma parte ao menos do capital político de um indivíduo pode ser herdado. O novo eleito se beneficia, então, de certos recursos acumulados pelo seu predecessor [...]. O parentesco toma, pois, uma forma simbólica” (Garraud, 1992, p. 226). O desenrolar desses processos de “filiações simbólicas” pode acontecer sob o controle pessoal de uma liderança local, principal responsável pela obtenção do capital político da organização partidária. Porém, pode, também, assumir o formato de empreendimentos coletivos, nos quais o “partido” responsabiliza-se pela escolha do “sucessor político” (Garraud, 1992, p. 232).

3. Hastings (1992) identificou tais lógicas em um processo local de constituição de uma “linhagem comunista”. O autor demonstra a criação da linhagem mitológica com base na fabricação da memória dos ancestrais, relatando a tradição de protestos e revoltas (identidade operária resultante do complexo industrial instalado) e das lutas pela definição étnica da localidade (fruto da chegada de imigrantes). Dessa forma, edificou-se uma genealogia baseada numa “tradição política”, o que possibilitaria o enfrentamento das dinastias patronais locais no terreno que lhes é próprio: a legitimidade hereditária.

Utilizando a tipologia de Max Weber (1987, p. 197-199), os agentes lançam mão da tradicionalização, da legalização, da designação, da entronização, da sucessão hereditária e da objetivação em cargos e postos. Em outras palavras, reivindicam o papel de sucessores, atribuindo a si mesmos a posse de qualidades semelhantes ao ancestral e o reconhecimento disto por parte dos demais seguidores; a afirmação de técnicas de revelação que são aceitas e seguidas pelo séquito; a nomeação do líder; a indicação do quadro administrativo; a idéia de que o carisma é uma qualidade associada ao “sangue” e à “hereditariedade”, e a crença nas qualidades e na eficácia do posto assumido. Contribuem para tanto o desejo da comunidade conduzida carismaticamente a identificar uma nova encarnação do líder, mas principalmente os interesses de discípulos e partidários em incorporar uma parcela do prestígio e da notoriedade desfrutada pelo líder. Em todos esses casos, pressupõe-se a migração e transfiguração do carisma pessoal para uma instituição; no caso da política, para a “família” ou para o partido.

Do mesmo modo, a ascensão dos principais “ícones” do trabalhismo ao centro da política nacional e a repetição desse processo em várias gerações fixaram um elemento de continuidade na “tradição política”. Recorrendo à caracterização de Geertz (1997), observa-se que a transcendência que os grandes líderes de vários períodos desfrutaram pela raridade das posições alcançadas, pela exposição pública e pela proximidade com os centros da vida política atualizou a disputa pela encarnação do “legado” e demarcou rituais de renovação das “imagens” dos líderes. O reconhecimento, por parte dos seguidores, da centralidade ocupada por seus líderes e os investimentos na apropriação desse capital heróico (Bourdieu, 1989, p.191), que simboliza “feitos” políticos e militares em tempos de crise ou a ascensão política de descendentes de imigrantes com origens sociais baixas, contribuíram para a perenização dos vultos e para a reinvenção da “tradição”.

Outro viés de investigação, no que tange à transmissão do carisma que o trabalhismo no Rio Grande do Sul permite evidenciar, dirige-se aos efeitos das disputas e embates entre os protagonistas sobre a legitimidade de encarnar

a "herança". Como demonstrou Collovald (1999), as apresentações biográficas que visam, entre outras coisas, consagrar ou contestar o estatuto de herdeiro para determinados personagens acabam reforçando a importância simbólica do patrimônio político dos ancestrais e imputando o papel de herdeiro mesmo àqueles sobre os quais pesam desconfiças e questionamentos. A sucessão do carisma é, então, resultante de trocas políticas cujos resultados e desfechos são imponderáveis, atuando para tanto "coações e oportunidades, itinerários possíveis e improváveis, ações e reações" (Collovald, 1999, p.276). Isto conduz à revisão da tese weberiana que se concentra sobre o reconhecimento dos profanos nas virtudes extraordinárias do líder e exige o tratamento da identidade carismática como resultante de um trabalho político de constituição e apropriação, assim como dos "usos profissionalizados do carisma que o fazem durar e perdurar para além das situações de crises das quais ele origina" (Collovald, 1999, p. 278).

Finalmente, cabe ressaltar que a associação entre carisma e perenidade, no caso do trabalho, não necessariamente levou à mera rotinização ou à perda do reconhecimento dos seguidores quanto à extraordinariedade dos líderes. Este é o argumento defendido por Sento Sé (1999) a respeito do "brizolismo" no Rio de Janeiro e parece ser adequado para o caso do trabalho no Rio Grande do Sul. Sento Sé define essa recriação do carisma como produto da estetização da política, pela qual ocorre uma congruência entre visões de mundo, construções discursivas e formas de enunciar, narrar e celebrar a história da própria coletividade. Nessas narrativas com passado, presente e futuro, os líderes são os centros de referência, os condutores de um projeto e as encarnações da auto-"imagem" da sociedade.

Assim, por um lado, as demonstrações de lealdade aos antepassados e as proximidades familiares, políticas e sociais com os "ícones" ligados a esferas transcendentais e perenes da vida social ativam a "tradição política". Por outro lado, o trabalho político de reinvenção, de adaptação e de concorrência por encarnar o passado realizado pelos agentes e as "imagens" e atri-

butos capazes de vinculá-los à história local e à "linhagem" permite a transmissão ou apropriação do carisma.

Este estudo segue ainda algumas diretrizes apontadas por Coradini (1998, p. 227-229) para o cenário sul-rio-grandense, no tocante às modalidades de legitimação presentes nessa associação com o passado e sua eficácia política. Em primeiro lugar, a localização na fronteira e a herança do caráter escravista e hierarquizado da sociedade gaúcha, na qual o exercício da dominação se realizava através das armas, da política e das guerras de facções que marcaram os conflitos políticos, são aspectos que contribuem para a construção da "imagem" dos "heróis militares". Em segundo lugar, a emergência de setores da "pequena burguesia" dotados de capital cultural, e descendentes de famílias de imigrantes, reflete-se nos investimentos com vistas à "reafirmação e redefinição da identidade étnica" e na criação de uma "nova simbologia" que exalta a "ideologia do trabalho" e da "ascensão social". E, em terceiro lugar, a expansão das vias de escolarização e a propagação de "ideologias e posições ditas de esquerda" repercutiram na afirmação de novos mediadores e na proliferação de reinterpretações da história local e invenções de "novas mitologias". Para Coradini (1998, p. 232), o processo de transmissão do "poder político" em condições periféricas, como o contexto brasileiro e especificamente o gaúcho, dá-se via a combinação de uma concepção de política baseada no princípio da "reciprocidade" ou do "dom" e na personificação de "qualidades". Por conseguinte, a concepção social hierarquizante e a naturalização da diferenciação entre representante e representado, bem como o peso dos princípios de legitimação carismática e da personificação dos trunfos, criam as condições de transmissão através da fidelidade do séquito e pela encarnação do carisma. Dessa maneira, as tentativas dos candidatos a "herdeiros" em estabelecer uma maior ou menor proximidade social e ideológica com os líderes e heróis consagrados, com base nas dinâmicas sociais e nos princípios de hierarquização elencados acima, conformam as disputas pelas "heranças", a apropriação dos "legados" e a perpetuação dos patrimônios.

“Fundadores” e “sucessores”

Dois personagens desfrutaram de um papel central na apresentação e na afirmação do trabalhismo no Rio Grande do Sul: Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. A referência mítica de “fundadores” da “tradição” repousa sobre a combinação de três fatores: a aproximação que eles teriam promovido entre “vertentes” distintas da política gaúcha no PTB; a associação deles com os documentos “fundadores” do trabalhismo, a saber: a carta-testamento de Vargas e a “obra” de Alberto Pasqualini, e o estatuto de “ícones” compartilhados e disputados pelos diferentes agentes e pelos porta-vozes situados em diferentes posições políticas.

A consagração dos dois vultos liga-se, então, obviamente à antiguidade e à liderança de ambos e a suas contribuições para a formação do PTB. Porém, ampara-se também no caráter transcendente da “carta-testamento” e da “obra de Pasqualini”, imortalizadas pela celebração dos seguidores. Por fim, os contínuos esforços dos candidatos a sucessores em associarem-se a eles por meio de relações pessoais e familiares, de proximidade ideológica e pela posse de qualidades semelhantes acabam fixando o que Bourdieu (1989, p.179) classificou de “posição central, intermediária, o lugar neutro”, em torno da qual se define um “sistema de desvios”, composto por agentes e instituições em um jogo de oposições e distinções.

Esses fatores de identificação estão, por sua vez, alicerçados em princípios de consagração de homens públicos distintos e que se sucederam na política gaúcha e no próprio trabalhismo. Com base neles, podem-se apreender dois critérios de atribuição de qualidades extraordinárias e de personalização do carisma, como apontado por Coradini (1998, p. 229). Getúlio Vargas é vinculado à “imagem” do líder militar e político transformado em “herói” (inclusive pelo suicídio), que alcançou o centro da vida política nacional por meio da união de facções locais rivais e eternizou-se no culto à memória regional e nacional. Alberto Pasqualini simboliza a ascensão social valorizada pelos imigrantes, e a sua afirmação política e intelectual reforça a “ideologia do trabalho” e dos investimentos em escolarização.

A saída de cena simultânea dos dois protagonistas em 1954, com o suicídio de Vargas e o afastamento dos pleitos eleitorais de Alberto Pasqualini, em razão de problemas de saúde, deflagrou a sucessão. A afirmação dos sucessores e a formação de cisões e rupturas em nome da “herança” desembocaram no processo contínuo de disputas pelo “legado” e de reinvenção do trabalhismo. As estratégias de “resgate” desses personagens empreendidas pelos agentes e suas inscrições como fundadores do trabalhismo obedecem à lógica de reinterpretação da história regional e de localização dos porta-vozes como sucessores dessas “figuras” e de um amálgama dos atributos a eles associados.

O processo de sucessão política no trabalhismo tem como base um conjunto de laços de parentesco⁴ e de relações pessoais. A constituição de uma rede política estadual formada por quadros políticos vinculados a Getúlio Vargas e a Alberto Pasqualini fortaleceu a sigla do PTB no Rio Grande do Sul e pautou alguns dos alinhamentos futuros no interior da “tradição”. Nessa contenda pela proximidade com os líderes e pela encarnação do “legado”, alguns condicionantes mostraram-se decisivos. Pesaram os laços de parentesco entre homens políticos, a transmissão política no interior de “famílias” e a afirmação partidária pela maximização da ocupação de cargos, das relações pessoais e de redes de reciprocidade. A fixação de “imagens” e trunfos compatíveis com a transformação do espaço político e a assimilação de novos perfis e critérios de legitimação atuaram também significativamente. Os casos “bem-sucedidos” nesse processo de sucessão aliaram esses três registros que interagem entre si: uso do parentesco, itinerários pessoais políticos e partidários ascendentes e a difusão e o reconhecimento acerca da proximidade com os “fundadores” do PTB (notadamente Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini).

Assim, na geração seguinte, as disputas colocam em conflitos agentes com perfis diversificados. Entre as lideranças que se afirmaram como “herdeiros da tradição”, João Goulart e

4. Sobre o papel de políticos ligados por laços de parentesco a Getúlio Vargas, como Ernesto Dornelles e Maneco Vargas, na formação do PTB no Rio Grande do Sul, ver Grill (2003, p. 307-310).

Leonel Brizola, observam-se a diferenciação quanto à posição social de origem e à importância do parentesco “por aliança”. O primeiro era filho de estancieiro e militar em São Borja, estudou direito na UFRGS, fazia parte do círculo de relações de Getúlio Vargas e afirmou-se por meio da propagação dessa proximidade, dos trunfos adquiridos com esse vínculo e da capacidade de trânsito que adquiriu em um amplo espectro de esferas de atuação. Esse leque de inserções incluía desde o “mundo da estância”, passando pela direção partidária e pela ocupação de cargos no Rio Grande do Sul e no país, até chegar à vinculação com o movimento sindical e com forças políticas de expressão nacional. O segundo é filho de “pequeno agricultor” em Carazinho, que ascendeu política e socialmente. A exemplaridade do percurso é demarcada pela escalada na carreira política a partir de condições desfavoráveis e de forma precoce. A “imagem” do líder é caracterizada pelo uso dos meios de comunicação, pela facilidade de comunicação com as massas, pelas iniciativas de “caráter popular” e pelo “heroísmo” das ações (inclusive armadas). A simbiose desses códigos e a complementaridade entre os papéis dos “cunhados” tiveram efeitos decisivos para a conquista da “hegemonia interna” e para a perpetuação do “legado”.

Os adversários internos na concorrência pelo uso do “legado” nessa “geração de trabalhistas” também refletem a diversificação social das “elites políticas”. Um deles, José Diogo Brochado da Rocha, é filho de militar, com destacada atuação no PRR e irmão de outros três quadros políticos que se projetaram no cenário político e partidário nas décadas de 1930, 1940 e 1950. José Diogo ascendeu no interior da máquina partidária ligada a Vargas e, posteriormente, rompeu com João Goulart e Leonel Brizola, concorrendo a governador pelo PSP em 1954. Antes disso, foi deputado estadual e deputado federal (sempre um dos mais votados do PTB). O outro, Fernando Ferrari, é filho de um comerciante de origem italiana que se tornou o principal mediador no município de São Pedro do Sul e prefeito dessa cidade. Fernando Ferrari foi influenciado pela formação no catolicismo e pela relação pessoal com Alberto Pasqualini, dedicou-se à “defesa dos agricultores” e da

“categoria dos contadores”, vinculando-se inicialmente à mediação da região de origem e, desse modo, ascendendo paulatinamente às posições centrais na política brasileira. Foi deputado estadual e deputado federal (contando com votações expressivas ao longo das décadas de 1940 e 1950). Nos últimos anos da sua vida, foi o maior concorrente de João Goulart pela liderança do PTB, terminando por fundar o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). O último, Pedro Simon, é filho de um comerciante libanês e iniciou a carreira como vereador em Caxias do Sul. Marcado igualmente pela formação no catolicismo, inseriu-se na rede de lideranças próximas a Pasqualini, contou com o “parentesco por aliança” com Siegfried Heuser (seu cunhado), consolidou-se como liderança partidária estadual e tornou-se um dos principais quadros do MDB e do PMDB em âmbito estadual e nacional. Ao longo da sua carreira foi deputado estadual, senador, governador e ministro da República.

Leonel Brizola logrou êxito em se constituir como o continuador da “tradição política” que iniciara com Getúlio Vargas e tivera prosseguimento com João Goulart. À vinculação pessoal e familiar que conquistou junto aos líderes da “linhagem”, somou a construção do carisma com base em uma biografia de ascensão social e realizações “heróicas”. A capacidade de “comunicação com as massas” e a “competência administrativa” demonstrada, bem como o cunho social e nacionalista de programas desenvolvidos são elementos articulados à sua “imagem”. Além disso, sua ligação pessoal com Getúlio Vargas e seu vínculo familiar (via aliança matrimonial) com João Goulart mostram-se decisivos.⁵

Eleito deputado estadual em 1947, conviveu com João Goulart e conheceu Neuza Goulart (irmã deste último), com quem se casou em 1950, tendo Getúlio Vargas como padrinho de casamento. Em 1951, concorreu a prefeito, tendo como candidato a vice, Manoel Vargas (filho de Getúlio Vargas). Em 1952, assumiu a Secretaria

5. Para uma descrição detalhada do papel dos descendentes e parentes de João Goulart com atuação política – como João Vicente Goulart (filho), Humberto Goulart (primo), Christophe Goulart (neto), entre outros –, assim como os de Leonel Brizola – como José Vicente Brizola (filho) e Carlito Brizola (neto) –, na disputa e reinvenção do “legado”, ver Grill (2003, p.314-310; p. 323-325).

de Obras Públicas no governo de Ernesto Dornelles (primo de Getúlio Vargas). Candidato a deputado federal em 1954, elegeu-se com expressiva votação (o mais votado do partido). Chegou à Prefeitura de Porto Alegre em 1955 e, em 1958, ao governo do estado do Rio Grande do Sul. Nesse cargo, sua atuação ter-se-ia notabilizado pela criação do Gabinete de Administração e Planejamento e do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, pela prioridade à educação, por encampações de multinacionais e pela liderança do movimento da legalidade (mobilização popular pela defesa da posse de João Goulart). Em 1962, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro, criou a Frente Nacionalista, a Frente de Mobilização Popular e o Grupo dos Onze. Cassado em 1964 e exilado durante o regime militar, organizou ainda (com base no Uruguai) focos de resistência armada. A morte do João Goulart em 1976 e a perspectiva de reabertura política avistada na segunda metade da década de 1970 convergem para a transmissão da "herança" e para a ativação da "memória política".

A estratégia de reconstrução do PTB e a sua liderança no futuro partido amparavam-se na biografia pessoal do líder e na idéia de continuidade do trabalhismo. Leonel Brizola, após perder a sigla do PTB para Ivete Vargas (que tinha um laço de parentesco distante com Getúlio Vargas), fundou o Partido Democrático Trabalhista e teve como móveis de identificação o esforço de mostrar que o partido era o elo possível com a "história trabalhista" nele mesmo encarnada. Assim, concorreu duas vezes ao governo do Rio de Janeiro (com sucesso) e disputou em duas ocasiões a Presidência da República (sem sucesso), pelo PDT.

O reconhecimento e a consagração dos "herdeiros" e da "tradição" são tributários igualmente dos trabalhos de apropriação e reivindicação do "legado" por parte de diferentes protagonistas, bem como dos conflitos que se estabelecem entre os porta-vozes do trabalhismo no Rio Grande do Sul, principalmente aqueles classificados como dissidentes. Entre estes, os casos de maior notoriedade são os de José Diogo Brochado da Rocha, Fernando Ferrari e Pedro Simon. Os três apresentam carreiras intimamente ligadas ao antigo PTB e às suas vinculações

com Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, assim como também disputaram, em diferentes momentos, o espólio do trabalhismo no Rio Grande do Sul. As origens familiares, os itinerários políticos e os desfechos em termos de adesões conquistadas sinalizam o entrecruzamento entre estrutura e bases do patrimônio político familiar, alinhamentos políticos, inserções em redes, cultivo de lealdades e trunfos pessoais de disputa política. Além disso, os três associam-se de diferentes maneiras e intensidade à "imagem" dos ícones da "tradição". José Diogo Brochado da Rocha investiu, sobretudo, na proximidade social e política (como membro de uma "família" integrante dos círculos de elites sociais e políticas que precede a redemocratização de 1945) e na antiguidade dos laços entre ele e sua rede de parentesco com os adeptos do "varguismo". Fernando Ferrari e Pedro Simon apostaram na identificação com Pasqualini, por meio das suas origens ligadas à imigração, sua vinculação ao catolicismo e seu itinerário social e político.

Diferentemente de José Diogo Brochado da Rocha e Fernando Ferrari, Pedro Simon logrou êxito como dissidente de Leonel Brizola no trabalhismo gaúcho. Para tanto, contou com a relação de parentesco por aliança com Siegfried Heuser (seu cunhado), a dissolução do PTB, a formação do MDB no regime militar e o potencial de mobilização e de continuidade com o trabalhismo que tornaram essa sigla um caso ímpar no país. Ungido como sucessor de Siegfried Heuser na presidência do MDB e na direção da "ala" majoritária no partido, Simon elegeu-se deputado estadual em quatro eleições consecutivas. Em 1978, é alçado ao Senado Federal. Nesse período, não se desligou do apelo à "tradição trabalhista". No final da década de 1970, entra em choque com Leonel Brizola, devido às divergências quanto ao destino partidário dos quadros identificados com o trabalhismo, culminando com a divisão entre o PMDB, de Pedro Simon, e o PDT, de Leonel Brizola. Pedro Simon apoiar-se-ia no capital político acumulado durante o período de bipartidarismo.

No processo de disputa entre os "homens políticos", cada qual apostava nos seus principais trunfos. O primeiro no "resgate da história do

trabalhismo”, através da legenda, da qual foi um dos “construtores” e principais ícones, e da recomposição das forças dos seus principais seguidores, por meio de um partido (PTB) capaz de estabelecer as “pontes com o passado”, bem como da incorporação de novas modalidades e repertórios de identificação, como o discurso socialista e os temas ligados às questões de gênero, etnia, direitos humanos etc. O segundo procurava manter os elos nacionais conquistados com políticos de outras origens partidárias como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Tancredo Neves (oriundos do PSD), resguardar sua influência estadual por meio da manutenção da unidade em torno de um partido opositorista (o PMDB por ele controlado) e não se desvincular das “origens trabalhistas”, cujo apelo permanecia presente na maior parte dos quadros partidários gaúchos e no seu eleitorado.

A disputa pelo “legado”: líderes, partidos e seguidores

Os itinerários desses dois políticos bifurcam-se. As opções partidárias de ambos provocaram a mais significativa cisão entre os quadros que se auto-intitulam seguidores do trabalhismo. A polarização em relação à “tradição política” decorre de rivalidades e lealdades herdadas no período de atuação ainda no antigo PTB. Esses alinhamentos guardam relação também com os perfis sociais das “famílias”, demonstrando uma “tendência” de vinculação de “famílias” com “raízes” em segmentos mais “tradicionais”, ou em inserções mais “populares” e de extração mais baixa, ao PDT, e “famílias” mais ligadas ao catolicismo e ao “empreendedorismo” comercial e local, bem como os descendentes de imigrantes alemães, italianos, entre outros, ao PMDB. Logo, há igualmente uma maior associação dos seguidores de Leonel Brizola com Getúlio Vargas e João Goulart e dos aderentes à liderança de Pedro Simon a Alberto Pasqualini. Essa configuração delinea-se devido à identificação dos grupos familiares com o perfil dos ícones (e a percepção das suas qualidades e atributos neles mesmos) e com a fidelidade aos egos das redes que já se posicionavam com base nessa divisão. Embora a referência aos dois

fundadores seja compartilhada e valorizada pelo conjunto dos casos.

A rede de “famílias de políticos” que acompanharam Leonel Brizola na formação do PDT no Rio Grande do Sul é formada por lideranças do antigo PTB que nutriam lealdade e identificação em relação ao ex-governador e estabeleceram alinhamentos e afastamentos locais com outras lideranças durante o regime militar. O PDT formou-se, então, majoritariamente por políticos com origem política no período pré-64 como: Alceu Collares (Porto Alegre), Getúlio Dias (Pelotas), Otávio Caruso da Rocha (Porto Alegre), Romildo Bolzan (Osório), Daniel Dipp (Passo Fundo), Beno Orlando Burmann (Ijuí), João Satte (Porto Alegre), Sereno Chaise (Porto Alegre), Amauri Muller (Ijuí), Mathias Nagelstein (Bagé), Eduardo Rolim (Santa Maria), entre outros. Na seqüência, emergiram algumas lideranças mais jovens e vinculadas a “famílias de militantes trabalhistas” e a algumas personalidades com inserção regional. Entre eles, estão os principais dirigentes do partido nas últimas décadas, como João Luiz Vargas (filho de militantes trabalhistas em São Sepé e marido da atual prefeita desse município pelo PDT), Pompeu de Mattos (filho de agricultor assentado no processo de reforma agrária promovido por Brizola na década de 1960 e cabo eleitoral do PTB), Ciro Simoni (filho de uma vereadora em Osório e que ingressou na carreira política com o apoio de Romildo Bolzan), Vieira da Cunha (genro de Romildo Bolzan), Pedro Ruas (filho de um militante trabalhista e sobrinho de um ex-deputado federal pelo PTB e ex-vereadores pelo mesmo partido), Milton Zuanazzi (filho de um militante do PTB que chegou a ser secretário municipal em Bom Jesus), Emília Fernandes (filha de militantes trabalhistas na “frenteira-oeste”), entre outros.

Entre os primeiros, o desafio residiu em transmitir a opção partidária e o alinhamento com o líder e fundador do partido para as gerações seguintes. Em alguns casos, tal esforço foi bem-sucedido, como os de João Satte (seu filho foi vereador em Porto Alegre pelo PDT), Getúlio Dias (o filho foi vereador em Pelotas pelo PDT), Romildo Bolzan (seu filho foi vereador, vice-prefeito e prefeito de Osório pelo PDT e o genro, vereador em Porto Alegre e deputado estadual,

além de presidente estadual do PDT), Orlando Burmann (seu filho é vereador em Ijuí e o sobrinho, deputado estadual, ambos pelo PDT), entre outros. Ao mesmo tempo, as cisões pessoais, as rupturas políticas, a instabilidade nas alianças com outras siglas, o declínio eleitoral do PDT nas últimas eleições e o crescimento de outras agremiações fragilizaram os elos que sedimentavam a rede de reciprocidade e contribuíram para contestações internas, afastamentos e desligamentos. A partir desses posicionamentos, os sucessores dessas “famílias de políticos” passaram a contribuir para a reinvenção da “tradição” como críticos internos ou dissidentes, considerando que, praticamente na totalidade dos casos, permaneceram acionando o passado de militância da “família”.

Já os últimos (oriundos de “famílias de trabalhistas” que ingressaram mais recentemente na política eletiva, como João Luiz Vargas, Pompeu de Mattos, Ciro Simoni, Milton Zuanazzi, Emília Fernandes etc.) integraram-se nesse processo e passaram a participar de redes de lealdade no interior do partido e ascenderam politicamente, apoiando-se em bases eleitorais próprias. Além disso, estabeleceram alianças para cima e teceram vínculos na cúpula entre essa “nova geração trabalhista”, o que, em muitos casos, também significou realinhamentos internos ou a migração em bloco para outras siglas.

Desse modo, há casos de “famílias de políticos” cujos membros com participação eleitoral permaneceram no PDT e participaram das redefinições identitárias internas ao partido. Há outros nas quais os “homens políticos” migraram em sua totalidade, simultaneamente ou separadamente, para outras siglas. Há ainda aqueles em que, entre uma geração e outra, ocorreu uma divisão dos membros com militância eleitoral entre diferentes partidos. Entre os primeiros, encontram-se, por exemplo, as “famílias” de Romildo Bolzan, de Orlando Burmann, de Daniel Dipp e de seus sucessores políticos. Já na segunda modalidade, situam-se casos como a de Sereno Chaise, sua ex-mulher Terezinha Irigaray e seu filho Carlos Chaise. Por fim, uma última modalidade de distribuição dos familiares entre siglas é aquela representada por Eduardo Rolim e seu sobrinho Marcos Rolim, e

Mathias Nagelstein e seu filho Valter Nagelstein. Essas mesmas “famílias de políticos” participam de redes e alianças (horizontais e verticais) políticas que extrapolam suas fronteiras e tecem teias de relações com outros políticos (muitos deles também vinculados familiarmente ao trabalhismo).⁶

Entre as “famílias de trabalhistas” que optaram pelo PMDB, identificam-se três processos que atuam simultaneamente para essa adesão. Em primeiro lugar, a transmissão de rivalidades anteriores cultivadas pelos antepassados principalmente com Leonel Brizola; em segundo lugar, a aproximação durante o regime militar com Pedro Simon no interior do MDB, e, em terceiro lugar, a relevância dos alinhamentos locais e a manutenção de redes de seguidores já identificadas com o MDB.

Embora ocorram casos de grupos familiares originalmente ligados ao PTB e que permaneceram fiéis ao PMDB e à liderança de Pedro Simon, como as “famílias” dos ex-deputados Carlos Giacomazzi e Darcílio Giacomazzi (filhos do ex-deputado pelo PTB Guido Giacomazzi), do suplente de deputado estadual Edson Brum (irmão do prefeito de Rio Pardo, Edvilson Brum, filho do vereador e ex-vice-prefeito Vilson Brum e neto do ex-vereador pelo PTB Nicolau Pessoa de Brum) e do deputado estadual Néelson Harter Filho (filho de dirigente e cabo eleitoral do PTB Néelson Harter), alguns quadros originalmente ligados ao PMDB migraram para outras siglas. No primeiro caso, há a convergência entre os seguintes fatores para a aproximação com Pedro Simon e com o MDB (PMDB): a origem comum no PTB, a rivalidade dos antepassados em relação à liderança de Leonel Brizola e o estreitamento dos laços durante o período bipartidário (no qual Pedro Simon liderava o MDB). No segundo caso, ocorrem alinhamentos e rivalidades locais que reconfiguraram facções políticas municipais, ou lideranças políticas adquiriram destaque estadual e investiram na formação de redes estaduais próprias. Entre os que se enquadram na primeira modalidade de deslocamento, encontram-se as “famílias” do ex-deputado

6. As origens, os itinerários e os alinhamentos políticos desses grupos familiares encontram-se em Grill (2003, 347-366).

estadual Gleno Scherer (filho do ex-prefeito de Venâncio Aires pelo PTB Alfredo Scherer e irmão do atual prefeito, Glauco Scherer, e do ex-vereador Rogério Scherer) e do atual deputado estadual Kalil Sehbe (neto de deputado e filho de um importante cabo eleitoral do PTB, além de ter um laço de parentesco com Pedro Simon). Já entre os que podem ser situados sob a segunda modalidade de deslocamento, estão o ex-deputado federal Paulo Mincarone (filho do ex-deputado estadual e federal Aquiles Mincarone) e seu filho Marcelo Mincarone (ex-deputado estadual), o atual ministro Tarso Genro (filho do ex-vereador e vice-prefeito de Santa Maria pelo PTB Adelmo Genro) e o atual senador Sérgio Zambiasi e suas redes de apoiadores.⁷

Em comum, esses políticos que migraram do PMDB para outras siglas têm uma origem política familiar ligada ao PTB e a opção inicial pelo PMDB centralizado por Pedro Simon, no início da década de 1980. Afora isto, optaram pela inserção em legendas e facções estaduais capazes de ativar uma ponte com suas biografias familiares e pessoais e justificar os novos alinhamentos. Se a opção pelo PMDB esteve alicerçada em alianças verticais e horizontais no plano local e estadual, herdadas ou construídas ainda no PTB, a saída e a adesão a novos partidos também obedecem a rivalidades e vínculos locais e alinhamentos estaduais. Chama a atenção, porém, que os homens políticos permanecem acionando um elo com o passado familiar e político que os ligam ao trabalhismo e circunscrevem-se na órbita de siglas nas quais podem, de algum modo, inscrever-se na história da “tradição política”. Contribuem para seus itinerários partidários as origens familiares expressas em posições políticas, oposições e lealdades transmitidas e, por outro lado, as alianças pessoais e políticas constituídas ao longo da carreira de cada homem político, assim como as cisões e rupturas acumuladas nos trajetos de ascensão, afirmação ou declínio político.

Uma das mais significativas migrações do PMDB, em termos de reflexos na composição de forças na política gaúcha e de disputa pelo

espólio trabalhista, foi a liderada por Sérgio Zambiasi para o PTB. Embora não tenha ascendentes que tenham ocupado cargos eletivos, justifica sua aproximação com o trabalhismo através da origem familiar. Além disso, declara-se admirador de Leonel Brizola e afirma cultivar a “imagem” e o “legado” de Getúlio Vargas. Sua inscrição na história da “família política” obedece aos padrões de legitimação encontrados em outros perfis, lançando mão da origem familiar, da demonstração de lealdade e culto aos ícones, aos documentos e aos símbolos da genealogia simbólica.

Porém, sua afirmação política deu-se a partir de um itinerário distinto. Seu prestígio eleitoral inicial não guarda ligações diretas com o trabalhismo e baseia-se fundamentalmente na sua atuação como radialista e nos programas de rádio centrados na filantropia.⁸ Comandando seu programa diário na Rádio Farroupilha (uma das emissoras com maior audiência no estado e alcance em quase todo o território gaúcho), Zambiasi elegeu-se deputado estadual em 1986 pelo PMDB com expressiva votação. Tal votação teve como sustentação sua atuação como radialista e a notoriedade alcançada devido ao encaminhamento e ao atendimento de demandas dos ouvintes ou à intermediação que realiza através da sua atividade profissional.

Durante seu primeiro mandato, respaldado por sua enorme votação, investiu na formação do Partido Trabalhista Brasileiro no estado. O potencial eleitoral auxiliou no recrutamento de quadros políticos atraídos pelas chances de eleição em uma legenda que nascia por meio da iniciativa de um “puxador de votos”. Todavia, outros fatores contribuíram para a adesão de seguidores. Em primeiro lugar, a aliança com o deputado federal Paulo Mincarone, que tinha uma vinculação familiar e pessoal com a sigla e uma rede de apoiadores conquistada através dos seus mandatos na Câmara Federal. Em segundo lugar, a identificação que buscou estabelecer entre quadros políticos por meio da associação entre filantropia e radialismo, recrutando para a

7. O perfil de tais grupos, as trajetórias dos membros com atuação política e as lógicas dos deslocamentos podem ser consultadas em Grill (2003, p. 372-390).

8. A relevância desse tipo de atividade para a carreira de Sérgio Zambiasi, para a forma como concebe a atuação política e para a sua percepção sobre a representação dos “problemas sociais” é analisada por Coradini (2001, p. 44) e por Angelis (2001, p.131-139).

legenda lideranças ligadas a igrejas e atividade em rádios locais como forma de atendimento. Em terceiro lugar, ao vincular-se ao PTB, foi capaz de promover uma série de adesões de lideranças ligadas por origem familiar à sigla. Entre estes, estão o próprio ex-deputado federal Paulo Mincarone e seu filho, o ex-deputado estadual Marcelo Mincarone; o ex-deputado estadual Gleno Scherer, o seu irmão Glauco Scherer e o seu filho Alfredo Scherer Neto; a ex-deputada estadual Terezinha Irigaray e recentemente seu filho Carlos Chaise, e seus colegas de bancada na Assembléia Legislativa na década de 1990 Caio Riela e Iradir Pietroski. Paulo Mincarone e Gleno Scherer são filhos de importantes lideranças do antigo PTB em Bento Gonçalves e Venâncio Aires, respectivamente. Iradir Pietroski e Caio Riela são filhos de vereadores pelo PTB no período que antecedeu ao golpe militar. A composição social e política da rede, os resultados eleitorais dos integrantes e a afirmação política de Sérgio Zambiasi configuraram um percurso ascendente que o transformaram em uma das estrelas da política gaúcha e acabaram credenciando-o a disputar o título de "herdeiro do trabalhismo".

Considerações finais

Essa série de alinhamentos e usos do trabalhismo descritas neste artigo demonstram a importância das alianças e das rivalidades no interior desse espaço composto por protagonistas políticos que utilizam a referência ao passado como recurso de luta política. A combinação da afirmação de determinadas personalidades, as redes de lealdade acionadas e a tentativa de "resgate de referências" que ligam atores, história política e transmissão de patrimônios políticos configuram uma dinâmica de enfrentamentos políticos em diferentes níveis e a reinvenção da "tradição política". A fixação de lealdades, enfrentamentos e "resgates" da história política, em um processo em constante atualização e redefinição, permitiram a perpetuação da crença no "legado" e a consagração dos ícones e símbolos que compõem essa genealogia simbólica e/ou linhagem mitológica. Contribuem para tanto os protagonistas das disputas estaduais e as lideranças locais vinculadas àque-

les protagonistas e a seguidores locais por alianças verticais (para cima e para baixo). Os elementos que fornecem sentidos a essa idéia de "tradição política" circulam pelas redes e são retroalimentados e dotados de novos significados pelos laços de reciprocidade que as formam.

Os processos de afirmação dos diferentes protagonistas também realçam as tentativas de fixação de novos trunfos políticos no espaço político gaúcho. Um longo processo de substituição do perfil das "elites políticas" caracteriza-se. As "famílias tradicionais" ligadas ao "mundo da estância" são paulatinamente substituídas por "famílias" ligadas à imigração e com posição social de origem mais baixa e que acumularam investimentos econômicos, sociais, escolares e políticos que possibilitaram a sua afirmação. No cume dessas redes, passam a desempenhar papéis primordiais agentes com posição social de origem ligada a segmentos sociais outrora excluídos dos cargos e atribuições políticas centrais. Nas posições intermediárias (de liderança local), observa-se igualmente a ascensão de "famílias de políticos" que apresentam uma proximidade social, política e pessoal com os líderes e conquistam adesões nas suas áreas de influência social e política. A celebração dos personagens e da história gaúcha por parte dos candidatos à sucessão torna manifesta não só a valorização dos ícones, mas os atributos ou critérios de excelência social em pauta e as estratégias de aproximações (sociais, pessoais e políticas) ativadas pelos intérpretes e porta-vozes do trabalhismo no Rio Grande do Sul. Nesse processo, a política, como exercício de liderança carismática e como cadeias de reciprocidade, permite a transmissão das fontes do carisma dos líderes e dos mecanismos de cultivo de lealdades. Isto, por sua vez, depende do esforço de "resgate do legado" e de vinculação pessoal e partidária empregados pelos atores.

Abstract: The present research examines the dynamics and development of a political heritage frame and the ways and means by which it is transmitted and assumed by agents... The study dimensions privileged encompass alliances and networks underlying the fixation of a symbolic genealogy, the "trabalhismo gaúcho" (political ideology related to the historical role, partisanship and

achievements of the Labour Party of Rio Grande do Sul), and strategies employed by agents acting for the appreciation and "recovery" of "political traditions" of Rio Grande do Sul, the reproduction of political capital, the celebration of their "founders", and the management of their memory and "legacy".

Key-words: political heritages, memory, elites, recruitment, transmission.

Referências

- ABÉLÈS, M. La référence familiale. In : PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) L'héritité en politique. Paris: Economica, 1992. p. 81-100.
- ANGELIS, Patricia Trindade de. O social como objeto da luta política: uma análise da Assembléia Legislativa Gaúcha. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH – UFRGS.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: O poder simbólico. Lisboa : Difel, 1989,. p. 163-208.
- COLLOVALD, Annie. Jacques Chirac et le gaullisme. Biographie d'un héritier à histoires. Paris: Belin, 1999. 320 p.
- CORADINI, Odaci Luiz. Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 2001. 198 p.
- CORADINI, Odaci Luiz. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: FELIX, Loiva Otero et al. (Orgs.). Mitos & heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. p. 219-240.
- GARRAUD, Philippe. Profession homme politique. Paris: L'Harmattan, 1989, p. 325.
- GARRAUD, Philippe. La ville en heritage. In: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean Luc. (Orgs.) L'héritité en politique. Paris: Economica, 1992, p.219-234.
- GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma. In: O saber local. Petropolis: Vozes, 1997. p. 182-219.
- GRILL, Igor Gastal. Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IFCH-UFRGS.
- HAEGEL, F. Memoire, héritage, filiation. Dire le gaullisme et se dire gaulliste au RPR. Revue Française Science Politique, n. 6, 1990. p. 864-896.
- HASTINGS, Michel. Le mythe en heritage. In: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean Luc. (Orgs.). L'héritité en politique. Paris: Economica, 1992. p. 235-248.
- OFFERLÉ, M. Les partis politiques. Paris: PUF, 1997.
- SENTO-SÉ, João Trajano. Brizolismo: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- WEBER, Max. Economia y sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.